

Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros: Exame da Divulgação do Relacionamento entre Iniciativas Socioambientais e Desempenho Financeiro Corporativo

Autoria: Daniel Wajnberg, Celso Funcia Lemme

RESUMO

A incorporação da sustentabilidade nos negócios vem ganhando crescente atenção de diversos grupos de interesse, como investidores, sociedade civil, clientes e mídia. Porém, somente é possível integrar de forma efetiva os aspectos sociais e ambientais na estratégia empresarial quando as empresas conseguem estabelecer uma justificativa de negócios para um bom desempenho socioambiental; quando isto não acontece, tal integração fica vulnerável a mudanças na gestão, ciclos financeiros e mudanças nas prioridades das sociedades. Este trabalho examinou as informações públicas de instituições do setor bancário brasileiro para entender até que ponto a divulgação de informações sobre as iniciativas socioambientais destas empresas faz associação com o desempenho financeiro corporativo. Em linha com estudos anteriores, os resultados desta pesquisa revelaram que as empresas ainda associam pouco suas práticas de sustentabilidade com o desempenho financeiro corporativo na divulgação pública de informações. Adicionalmente, os resultados da pesquisa sugerem que tanto as práticas de sustentabilidade como os maiores níveis de associação destas com o desempenho financeiro corporativo se fazem mais presentes na divulgação de informações de empresas de maior porte da amostra.

1) INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A crescente conscientização dos governos, mídia e indivíduos quanto aos problemas socioambientais como aquecimento global, escassez de recursos hídricos e conflitos étnicos está levando empresas a reconsiderarem suas práticas de gestão, buscando entender até que ponto tais fenômenos podem afetar seus negócios. Este movimento se dá em diferentes níveis: enquanto certas empresas já desenvolveram modelos de gestão que incorporam aspectos sociais e ambientais, outras ainda hesitam em inserir estas variáveis nos seus processos decisórios. Uma possível explicação para tal resistência é a falta de uma associação clara entre o desempenho financeiro corporativo e o desempenho socioambiental. Muitos estudos já foram desenvolvidos buscando associar estes dois tipos de desempenho e os resultados são diversos. Brito (2005), após fazer uma compilação de estudos que buscavam entender a associação entre desempenho ambiental e financeiro, observou que os resultados não eram conclusivos, encontrando-se correlações positivas, neutras e negativas, dependendo do contexto, amostra e metodologia de cada estudo. Marom (2006), da mesma forma, afirma que o estudo do relacionamento entre responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro corporativo há algumas décadas vem gerando resultados empíricos variados e contraditórios.

Adicionalmente, alguns autores acreditam que as motivações econômico-financeiras para a incorporação da sustentabilidade no negócio dependem do contexto da firma e do setor industrial. Após a realização de pesquisa em seis setores industriais em 16 países, Steger (2004) afirma que as fontes de valor para a sustentabilidade variam consideravelmente de acordo com o país e o setor. Reed (2001) corrobora com este pensamento, afirmando que não é possível construir uma justificativa de negócio genérica para que uma empresa incorpore a sustentabilidade nas suas atividades operacionais e que as motivações para tal movimento são específicas para cada empresa e seu contexto específico. Assim, a sustentabilidade empresarial deve ser analisada caso a caso, setor a setor e país a país.

Em junho de 2003, dez dos principais bancos mundiais adotaram um conjunto de diretrizes voluntárias chamadas de “Princípios do Equador”. A adoção destes princípios se

mostrou um marco no reconhecimento pelo setor financeiro da importância de suas atividades de financiamento em outras atividades produtivas e, por consequência, no meio ambiente e na sociedade. O setor financeiro brasileiro vem recebendo elogios da mídia por sua responsabilidade socioambiental. Em 28 de março de 2007, o jornal Valor Econômico publicou matéria constatando, com base em resultados de pesquisa realizada pelo *International Finance Corporation* (IFC), que o Brasil é líder na sustentabilidade bancária e que bancos que possuem critérios socioambientais agregaram valor ao seu negócio (BARROS, 2007). No dia 25 de abril do mesmo ano, o jornal publicou outra matéria, enfatizando o destaque do país nos Princípios do Equador, por sermos hoje o país emergente com o maior número de bancos signatários destes princípios (MATTOS, 2007). Embora as afirmações da mídia possam servir de motivadores para estimular uma maior incorporação da sustentabilidade pelos bancos brasileiros, questiona-se até que ponto critérios socioambientais estão hoje inseridos na estratégia de negócios dessas instituições.

De acordo com Epstein (2003), somente é possível integrar aspectos sociais e ambientais na estratégia empresarial quando as empresas conseguem estabelecer uma justificativa de negócios para um bom desempenho socioambiental. Embora seja possível atuar de forma responsável simplesmente porque se acredita que “é a coisa certa a ser feita”, tal justificativa fica vulnerável a mudanças na gestão, ciclos financeiros e mudanças nas prioridades das sociedades. Sem poder medir aquilo que se pretende gerir, torna-se difícil obter apoio para a implantação de projetos de sustentabilidade.

O objetivo do presente trabalho foi analisar como a sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro está sendo divulgada e justificada, averiguando a existência de uma justificativa de negócios nos documentos públicos das empresas do setor bancário. Buscou, assim, analisar como os esforços no sentido da sustentabilidade estão sendo associados com o desempenho financeiro corporativo. Desta forma, a pergunta que orientou esta pesquisa foi: Na divulgação de informações pelos bancos brasileiros, as práticas para a sustentabilidade estão relacionadas com o desempenho financeiro?

O restante deste trabalho está organizado da seguinte forma: o item 2 faz uma breve revisão da literatura; no item 3 encontra-se a metodologia utilizada na pesquisa; o item 4 apresenta os resultados; e o item 5 consolida as conclusões e fornece algumas sugestões para pesquisas futuras.

2) REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Van Marrewijk (2003), embora exista grande debate quanto à definição correta do termo sustentabilidade corporativa (SC), uma definição geral do termo é: “atividades empresariais que demonstram a inclusão de aspectos sociais e ambientais na operação do negócio e nas interações com *stakeholders*”. O conceito do *triple bottom line*, proposto por Elkington (1998), é frequentemente associado à sustentabilidade corporativa e basicamente se refere à prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. O autor defende que, para superar os desafios emergentes das empresas, os executivos precisam medir o desempenho da firma não somente na dimensão econômica, mas também nas dimensões ambiental e social e, para fazê-lo, é necessário construir métricas que permitam avaliar a atuação de firma nestas duas outras esferas.

O estudo do relacionamento entre responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro corporativo até hoje não gerou resultados conclusivos. Segundo Ionescu-Somers, Salzmann e Steger (2005), isto pode ser atribuído a limitações nas metodologias empregadas, como grande diversidade de medidas de desempenho socioambiental e financeiro, limitações no tamanho das amostras e dificuldade de estabelecer a direção das relações de causalidade (conhecida como causalidade reversa). Segundo Epstein e Wisner (2001), a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) pode ser utilizada para implantar uma estratégia de

sustentabilidade e associar seus objetivos às ações e seus correspondentes desempenhos. Os autores mencionam que em pesquisa recente foram identificados vários indicadores utilizados por companhias líderes que auxiliam no processo de gestão para a sustentabilidade.

Epstein e Roy (2003) pesquisaram 20 empresas, examinando seus relatórios corporativos de domínio público e buscando verificar como as práticas para a sustentabilidade estavam sendo relatadas, classificando cada uma delas em quatro níveis de associação com o desempenho financeiro, indo desde descrições qualitativas a descrições monetizadas sobre os benefícios dos investimentos. O resultado da pesquisa revelou que, embora as empresas estejam crescentemente buscando associar iniciativas socioambientais com o desempenho financeiro, poucas estão conseguindo construir uma justificativa de negócios clara para a sustentabilidade.

Outro estudo de natureza parecida foi conduzido por Knox, Maklan e French (2005), concluindo que a associação da responsabilidade social corporativa com o desempenho financeiro é limitada às empresas de grande porte. Esta conclusão está alinhada com o relatório divulgado pela CERES-ACCA (2007) que avaliou os melhores relatórios de sustentabilidade no ano de 2006 nos EUA, Canadá e México, identificando que a maior parte das publicações analisadas falhou em mostrar os ganhos financeiros resultantes da incorporação da sustentabilidade no negócio.

Especificamente no setor de serviços financeiros, dois estudos avaliaram a existência de uma justificativa de negócios. No primeiro, Hess (2003) realizou pesquisa com 28 instituições financeiras americanas e européias de diferentes naturezas, incluindo bancos e seguradoras. Com base em entrevistas e questionários de percepções, o autor afirma que nem sempre faz sentido, sob a perspectiva de negócios, considerar aspectos sociais e ambientais nas estratégias operacionais, especialmente em uma perspectiva de curto prazo. No entanto, ele sugere uma série de mecanismos pelos quais os critérios de sustentabilidade neste setor podem afetar a criação de valor das empresas, tais como melhoria na reputação, aperfeiçoamento na avaliação de crédito, expansão na atividade de seguros e lançamento de novos produtos de investimento.

Em pesquisa realizada pelo IFC(2007) com 120 instituições financeiras de 43 países emergentes, foi identificado que a principal justificativa para a incorporação de aspectos sociais e ambientais nas suas práticas de gestão é o aumento na credibilidade da empresa e conseqüente ganho na reputação. Outros incentivos identificados foram a criação de valor para os acionistas, redução de riscos e demandas por investidores e clientes. Além disso, a pesquisa revelou que o aumento na competitividade gerado pela crescente globalização de bancos estrangeiros e sua presença em mercados emergentes está fazendo com que bancos locais adotem práticas de gestão levando em consideração a sustentabilidade.

Lins e Wajnborg (2007) pesquisaram o setor de serviços financeiros brasileiro, analisando documentos públicos, entrevistando altos executivos e enviando questionários. A pesquisa focou os 10 maiores bancos múltiplos com carteira comercial, além de duas instituições com atuação de fomento destacada. Os autores relataram que a sustentabilidade nestas instituições ainda é muito associada às ações de caráter compensatório, como as implantadas pelas diversas fundações e instituições ligadas a esses bancos. A pressão para a incorporação da sustentabilidade proveniente de atores externos não é percebida como significativa, encontrando-se diluída entre estes diversos agentes, incluindo clientes, organizações não-governamentais e a mídia. A motivação para a incorporação da sustentabilidade nestas organizações, portanto, é principalmente interna, proveniente dos valores de acionistas controladores ou de diretrizes traçadas por líderes.

Jeucken (2001) realizou pesquisa com 34 grandes bancos internacionais selecionados a partir do critério de ativos totais, analisando os relatórios anuais e ambientais destes bancos no período de 1998-2000. O autor identificou sete práticas de caráter socioambiental, que foram

definição de um código de conduta, divulgação de relatórios ambientais, sistemas de gestão ambiental, declaração de política ambiental, avaliação e diretrizes relacionadas a riscos ambientais em financiamentos, produtos financeiros de proteção ao meio-ambiente e atividades e patrocínios sociais.

De forma semelhante, a empresa de consultoria Strandberg Consulting (2005) pesquisou 11 instituições financeiras caracterizadas como líderes em sustentabilidade no cenário global. Os resultados destacaram uma série de práticas para a sustentabilidade, incluindo publicação de relatórios de sustentabilidade, estabelecimento de metas para desempenho social e ambiental, desenvolvimento de diretrizes de sustentabilidade para avaliação de fornecedores, programas ecológicos internos e lançamento de novos produtos associados a aspectos ambientais ou sociais.

No contexto bancário nacional, é importante mencionar a atuação do Banco ABN AMRO Real na incorporação de práticas de sustentabilidade, recebendo diversas premiações, incluindo o prêmio Financial Times no ano de 2006 como o banco sustentável de mercados emergentes, o *World Business Award* da Câmara Internacional do Comércio (2006) e Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio (2006), além de ser considerado uma das dez empresas-modelo do Brasil pelo Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa (2006). No ano de 2007, o seu relatório de sustentabilidade ganhou o selo A+ da GRI, somente recebido por outras seis empresas no mundo.

3)METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, buscou-se nesta pesquisa entender, na divulgação de informações das empresas do setor bancário brasileiro, como o desempenho socioambiental está sendo associado ao desempenho financeiro corporativo.

De acordo com o Banco Central, os bancos brasileiros podem ser classificados em duas categorias: instituições bancárias independentes e conglomerados bancários. As instituições bancárias independentes são de cinco tipos: banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica federal, banco de investimento e banco de desenvolvimento. Estas instituições se diferenciam de acordo com o tipo de suas atividades. Já um conglomerado bancário é um conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis. Estes conglomerados se dividem em dois tipos: conglomerados bancários I, cuja composição possui pelo menos um banco comercial ou um banco múltiplo com carteira comercial, e conglomerados bancários II, que não possuem nenhum destes dois tipos de bancos, mas possuem pelo menos um banco múltiplo sem carteira comercial, ou um banco de investimento ou um banco de desenvolvimento.

O universo composto pelos bancos brasileiros (incluindo instituições bancárias independentes e conglomerados bancários I e II) totaliza 134 bancos, de acordo com listagem do Banco Central com data-base de Março de 2007. O primeiro filtro da pesquisa buscou a comparabilidade dos bancos analisados, limitando a amostra de forma que esta possuísse somente instituições independentes e conglomerados bancários com carteira comercial. Este critério foi aplicado para evitar que instituições fossem avaliadas em práticas que fogem do escopo de seus negócios. Assim, foram retiradas as instituições bancárias independentes de investimento e de desenvolvimento, assim como os conglomerados bancários II, deixando a amostra com 104 instituições. O ativo total das instituições restantes é fortemente concentrado nos seus maiores bancos, como mostra a Tabela 11. Em função desta concentração, decidiu-se utilizar os 50 maiores bancos, por já representarem de forma significativa os bancos múltiplos, comerciais e a Caixa Econômica Federal (CEF), excluindo-se, assim, 54 instituições da amostra. Foi realizada uma inspeção visual nestas 54 instituições para assegurar que nenhum banco com atuação destacada na área de sustentabilidade tivesse sido eliminado da amostra.

Tabela 1 – Participação dos maiores bancos múltiplos, comerciais e CEF no somatório de ativo total

Número de Bancos	Participação no Ativo Total
5 Maiores	60,43%
10 Maiores	82,24%
20 Maiores	92,23%
30 Maiores	95,53%
50 Maiores	98,45%
70 Maiores	99,61%
90 Maiores	99,93%

Fonte: Site Banco Central do Brasil - Informações Cadastrais e Contábeis, 11/06/2007.

O último filtro da amostra foi relacionado ao acesso às informações. Esta pesquisa utilizou dados secundários para a avaliação do nível de associação das informações socioambientais com o desempenho corporativo. Foram analisados os documentos referentes ao ano de 2006 ou biênio de 2005/2006, por duas razões:

1. Considerou-se que possíveis avanços na divulgação de informações socioambientais estão refletidos nos últimos relatórios e nos websites das empresas;
2. Não se pretendeu avaliar a evolução na divulgação das informações socioambientais pelos bancos brasileiros.

A Tabela 22 lista os documentos analisados:

Tabela 2 - Fontes de Informação

Relatório Anual
Relatório IAN - CVM
Relatório de Balanço Social
Relatório de Responsabilidade Social ou Responsabilidade Social Corporativa
Relatório de Sustentabilidade
Websites

Para que um banco pudesse participar da amostra, precisaria ter disponibilizado ao público pelo menos uma das fontes de informações descritas na Tabela 22. Foram considerados somente os websites com informações específicas para o Brasil, por esta pesquisa tratar da atuação dos bancos no território brasileiro e não em qualquer outro país (por exemplo, no país sede de uma instituição multinacional). A amostra final ficou, então, com 45 instituições, apresentada no Apêndice A.

Este trabalho utilizou metodologia similar à proposta por Epstein (2003), por ser a única identificada na revisão de literatura que trata o relacionamento com o desempenho financeiro nos relatórios das empresas, de forma a segregar os níveis de divulgação de informações socioambientais e integração com o desempenho financeiro corporativo. A metodologia de Epstein utiliza os seguintes níveis de divulgação de informação:

- Nível 1: As informações divulgadas sobre a prática em questão são de caráter descritivo e qualitativo, não-associadas ao desempenho financeiro;
- Nível 2: Informações quantificadas, porém de natureza física, não relacionadas ao desempenho financeiro;
- Nível 3: Informações monetizadas, referentes a investimentos e outras despesas e, portanto, parcialmente associadas ao desempenho financeiro;
- Nível 4: Informações monetizadas, referentes aos benefícios dos investimentos, diretamente associadas ao desempenho financeiro.

Uma integração nível 1 dos elementos sociais e ambientais significa uma descrição das atividades da empresa relacionadas às ações para a sustentabilidade, o desempenho da sustentabilidade ou as reações dos *stakeholders*. Não existe, neste nível, qualquer utilização de medidas quantificadas ou monetizadas. Já a integração nível 2 utiliza métricas para descrever as suas ações para a sustentabilidade. Assim, em um programa de redução de uso de energia, uma simples descrição sobre o programa seria considerada uma integração nível 1, enquanto uma descrição com o número de *megawatts* que foram economizados já consistiria em uma integração nível 2.

A integração nível 3 já é parcialmente ligada com o desempenho financeiro, pois, no exemplo acima citado, apresenta descrições monetárias dos investimentos e custos necessários para a redução no uso de energia. Já o último nível de integração (4), mostra claramente os benefícios relacionados ao programa em questão; no caso do programa de redução de energia, este nível seria encontrado caso a empresa mostrasse a economia, em reais (ou qualquer outra moeda), alcançada através do programa.

A metodologia de Epstein contou com uma análise inicial dos relatórios das empresas da amostra para identificar práticas comuns de sustentabilidade, assegurando que toda empresa analisada alcançaria no mínimo o nível 1 de divulgação de informações. Nesta pesquisa, esta análise inicial não foi feita, o que levou à necessidade de adicionar um nível anterior ao nível 1, que representaria a inexistência da prática em questão. Este foi designado nível 0.

A etapa seguinte foi a identificação das práticas que seriam analisadas nos relatórios. A revisão de literatura identificou um grande número e variedade de práticas para a sustentabilidade em instituições financeiras, com variados graus de dificuldade de quantificação e associação com desempenho financeiro. Enquanto a mensuração dos benefícios monetizados (nível 4) da prática de microcrédito seria razoavelmente intuitiva na lógica de negócios, medindo-se receitas e lucro, a quantificação monetizada do aumento de produtividade decorrente de programas de melhoria do ambiente de trabalho seria mais difícil. Assim, o primeiro critério para a seleção das práticas analisadas é que elas deveriam ser de igual ou similar dificuldade de quantificação. Desta forma, optou-se inicialmente pela escolha somente de práticas para a sustentabilidade que estivessem diretamente ligadas à geração de receitas para o banco, ou seja, ligadas às atividades-fins do negócio. A escolha destas práticas utilizou primariamente dois documentos:

1. Relatório de Sustentabilidade 2006 do Banco ABN AMRO Real, pois a atuação na área de sustentabilidade desta instituição já lhe valeu diversos prêmios, incluindo o prêmio Financial Times de banco sustentável de países emergentes em 2006, o *World Business Award* da Câmara Internacional do Comércio (2006) e Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio (2006). Além disso, o relatório examinado ganhou em 2007 o selo A+ da GRI, somente recebido por outras seis empresas no mundo;
2. Questionário ISE 2007 específico para instituições financeiras. Utilizado para determinar as empresas de capital aberto capacitadas a entrar no Índice de Sustentabilidade da Bovespa, este questionário é também uma ferramenta de referência, no âmbito nacional, para gestores na incorporação de práticas de sustentabilidade.

O exame desses dois documentos revelou cinco práticas iniciais que se enquadravam neste critério: microcrédito, fundos socialmente responsáveis, financiamentos socioambientais, seguros ambientais e atividades relativas ao mercado de carbono. Estas cinco práticas também foram mencionadas nos estudos de Hess (2003) e Jeucken (2001), além de fazerem parte do questionário do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*. Buscou-se, com estas práticas, construir uma grade de análise consistente, uma vez que elas apresentam grau de dificuldade de mensuração similar e relevante, tendo em vista sua direta ligação com as atividades-fins dos bancos.

Optou-se, em seguida, pela adição de duas outras práticas à listagem inicial, que embora não se enquadrassem no critério descrito acima, mostraram-se relevantes para o setor bancário: avaliação de riscos socioambientais em financiamentos e ecoeficiência. A avaliação de riscos socioambientais foi escolhida devido a indicações na revisão da literatura da grande relevância desta prática no contexto da sustentabilidade bancária, sendo considerado o principal impacto do setor no meio-ambiente e na sociedade, embora seja um impacto indireto. Já a ecoeficiência foi somada ao quadro das práticas analisadas por ser a principal fonte de impacto socioambiental direto de uma instituição financeira, tendo em vista a sua natureza de prestadora de serviços e, portanto, sem qualquer atividade extrativista ou produto nocivo ao meio-ambiente. A adição destas duas práticas formou um quadro de sete práticas que seriam analisadas.

Foi, então, necessário definir os indicadores relacionados com cada um dos níveis em cada uma das práticas. Os indicadores identificados buscaram construir a justificativa de negócio de cada uma destas práticas, ou seja, como cada uma delas estaria contribuindo para o desempenho financeiro corporativo. O Apêndice B apresenta as práticas e seus correspondentes indicadores.

Quando encontrado mais do que um nível de divulgação de informações socioambientais para uma mesma prática em um banco, prevaleceu o nível mais alto, considerando-se que representa um esforço adicional para a mensuração do desempenho. Por exemplo: se, em um determinado relatório, um programa de redução de energia relata não só o número de *megawatts* economizados (nível 2 de divulgação de informações), mas também a economia de custos por ele gerada (nível 4), considerou-se que a empresa possui nesta prática o nível 4 de divulgação de informações socioambientais. Quando a divulgação de informações sobre determinado conglomerado bancário segmentou os dados entre as diversas instituições que compõem a *holding*, foi considerado também o maior nível de integração.

A busca pelas práticas e suas métricas nas fontes de dados se deu na seguinte ordem:

- (1) obtenção, no site da empresa, do relatório que usualmente contém informações socioambientais, normalmente chamado de relatório de sustentabilidade, relatório de responsabilidade social, relatório de responsabilidade social corporativa ou balanço social;
- (2) busca do relatório anual disponibilizado no site. Caso a empresa não possuísse o relatório anual, buscou-se o relatório IAN, entregue anualmente à CVM pelas empresas de capital aberto. Para as empresas que não têm ações negociadas em bolsa, buscou-se as demonstrações financeiras no site da empresa;
- (3) exame do website da empresa, buscando-se informações no local dedicado à área de responsabilidade social, socioambiental ou de sustentabilidade da empresa, em seguida na área do site destinada às relações com investidores e, finalmente, nas demais áreas do site.

Com o objetivo de entender o nível de integração das informações socioambientais com o desempenho financeiro, foram feitas seis análises, utilizando estatística descritiva:

1. Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais, buscando entender a participação de cada um dos níveis de divulgação em todos os relatos de práticas de sustentabilidade;
2. Composição do número de práticas divulgadas, visando evidenciar o número de práticas para a sustentabilidade divulgadas pelos bancos;
3. Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais entre as sete práticas de sustentabilidade analisadas;
4. Composição dos níveis de divulgação em função do porte dos bancos;
5. Pontuação dos bancos na divulgação de informações socioambientais, avaliando individualmente o nível de integração com o desempenho financeiro;
6. Localização das informações socioambientais, para entender a participação de cada uma das fontes (relatório anual, relatório de sustentabilidade e websites) na divulgação de

informações socioambientais no setor. Esta análise foi repetida segmentando-se a amostra pelo porte das instituições bancárias.

4) RESULTADOS

A

Tabela 3 resume o quadro geral com os níveis de integração de informações socioambientais com o desempenho financeiro, a partir das informações detalhadas no Apêndice C, apresentando a participação de cada um destes níveis no total da amostra. Cabe lembrar que temos 45 bancos na amostra e 7 práticas de sustentabilidade avaliadas para cada banco, totalizando 315 classificações. Também é pertinente reforçar, para fins de interpretação dos resultados, que a pesquisa utilizou sempre o nível mais alto de divulgação de informações encontrado em uma mesma prática para um mesmo banco.

Tabela 3 - Composição total dos níveis de divulgação de informações socioambientais

Nível	Quantidade	Participação
0	261	82,86%
I	22	6,98%
II	4	1,27%
III	22	6,98%
IV	6	1,90%
Total	315	100,00%

Observa-se que somente 1,90% das práticas analisadas são divulgadas de forma a evidenciar seus benefícios financeiros, mostrando que o setor bancário ainda associa muito pouco suas iniciativas de sustentabilidade com o desempenho financeiro corporativo. Estes dados corroboram os achados de Epstein e Roy (2003) assim como o relatório CERES-ACCA (2007). Além disso, a utilização e divulgação de indicadores monetizados referentes às despesas e investimentos se dão em igual frequência dos relatos qualitativos relativos às práticas de sustentabilidade. A

Tabela 4 apresenta a composição do número de práticas encontradas na divulgação de informações de cada um dos bancos analisados.

Tabela 4 – Composição do número de práticas de sustentabilidade divulgadas

Número de Práticas Divulgadas	Quantidade de Bancos	Participação
0	25	55,56%
1	6	13,33%
2	5	11,11%
3	3	6,67%
4	2	4,44%
5	3	6,67%
6	1	2,22%
7	0	0,00%
Total	45	100,00%

Pode-se notar que 55,5% dos bancos da amostra não divulgaram informações sobre qualquer uma das sete práticas analisadas e somente 13,33% da amostra divulgaram informações sobre a maior parte das práticas analisadas (ou seja, quatro práticas ou mais). Nenhuma das instituições apresentou informações sobre todas as sete práticas analisadas neste trabalho. O setor bancário brasileiro, portanto, ainda divulga poucas informações sobre práticas de sustentabilidade. A Tabela 5 mostra a composição dos níveis de divulgação de informações dentre as práticas analisadas.

Tabela 5 - Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais entre as práticas de sustentabilidade

Nível	Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	Microcrédito	Fundos Socialmente Responsáveis
0	80,00%	71,11%	86,67%
I	11,11%	11,11%	0,00%
II	0,00%	0,00%	0,00%
III	8,89%	17,78%	13,33%
IV	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Nível	Financiamentos Socioambientais	Mercado de Carbono	Seguros Ambientais	Ecoeficiência
0	84,44%	97,78%	97,78%	62,22%
I	8,89%	0,00%	2,22%	15,56%
II	0,00%	0,00%	0,00%	8,89%
III	6,67%	2,22%	0,00%	0,00%
IV	0,00%	0,00%	0,00%	13,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A análise desses resultados revela que a totalidade das associações de iniciativas de sustentabilidade com benefícios financeiros ocorre na divulgação de informações relativas a programas de ecoeficiência. A ecoeficiência foi também a prática mais encontrada nos documentos analisados (37,78%). É interessante notar que nenhuma das iniciativas de sustentabilidade relacionadas com suas atividades-fins (ex: financiamentos, investimentos, seguros) possuem qualquer tipo de vínculo, na sua divulgação de desempenho, com indicadores de lucro, rentabilidade, ou qualquer outro indicador que represente os benefícios financeiros destas ações. Portanto, a justificativa de negócio destas iniciativas, caso exista, é mantida internamente nos bancos, sem que públicos externos tenham qualquer entendimento sobre a viabilidade econômica destas práticas de sustentabilidade.

Percebe-se também que a utilização de indicadores do nível 3 ocorre principalmente nas práticas de microcrédito (17,78%) e fundos socialmente responsáveis (13,33%). Durante a coleta de dados, estas informações apareceram nos relatórios e websites das empresas através de indicadores de saldo e patrimônio líquido. O nível 2 de divulgação de informações somente foi encontrado em relatos de práticas de ecoeficiência. Estas informações são divulgadas através de indicadores como litros de água, *megawatts* e toneladas de resíduos gerados. Como esta pesquisa somente considerou o nível mais alto de divulgação de informações, foram omitidas as ocasiões onde indicadores operacionais foram utilizados em conjunto com indicadores financeiros. O nível 1 de divulgação de informações ocorre principalmente na prática de ecoeficiência (15,56%) e, em seguida, nas práticas de avaliação de riscos socioambientais e microcrédito (ambos 11,11%).

As práticas relativas ao mercado de carbono e a seguros ambientais foram as menos divulgadas; estas foram encontradas somente uma vez cada. Por serem relativamente recentes, acredita-se que ainda estão em estágios iniciais de implantação no setor bancário brasileiro. Porém, estas não são as únicas práticas pouco encontradas nos documentos analisados; na verdade, em todas as práticas analisadas, o nível 0 (inexistência) foi o mais encontrado nos bancos da amostra.

A Tabela 6 mostra a composição dos níveis de divulgação segmentada por porte dos bancos para o conjunto das sete práticas de sustentabilidade analisadas. Com o objetivo de entender como o relato de informações socioambientais se diferencia entre bancos de diferentes portes, foram criados blocos de cinco bancos, sendo o primeiro composto pelos

cinco maiores bancos, o segundo bloco composto pelos bancos entre a sexta e a décima posição e assim por diante.

Tabela 6 - Composição dos níveis de divulgação nos maiores bancos para o conjunto das sete práticas de sustentabilidade analisadas

Nível	Blocos de bancos segmentados por porte								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
0	31,43%	71,43%	68,57%	100,00%	88,57%	91,43%	94,29%	100,00%	100,00%
I	17,14%	11,43%	17,14%	0,00%	5,71%	5,71%	5,71%	0,00%	0,00%
II	0,00%	5,71%	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%
III	37,14%	11,43%	11,43%	0,00%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IV	14,29%	0,00%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Pode-se perceber que o primeiro bloco, composto pelos cinco maiores bancos da amostra, possui a maior participação de informações socioambientais de nível 3 (37,14%) e 4 (14,29%), mostrando um maior nível de associação com o desempenho financeiro do que os demais blocos de bancos; já os últimos quatro blocos (6º, 7º, 8º e 9º) apresentam uma participação nula (0%) de informações nos níveis 3 e 4. Este resultado está coerente com o estudo de Knox, Maklan e French (2005), que afirma que a associação da sustentabilidade com o desempenho financeiro se dá em menor intensidade em empresas menores. Além disso, deve-se notar que o grupo dos cinco maiores bancos também possui a menor participação de informações de nível 0 encontradas (31,43%), demonstrando maior preocupação dos maiores bancos com a divulgação de informações relativas às iniciativas de sustentabilidade.

Para comparar o nível de divulgação de informações socioambientais entre os bancos da amostra, somou-se os níveis de divulgação de cada uma das práticas analisadas. Este procedimento utilizou, portanto, uma escala ordinal discreta e atribuiu, implicitamente, peso 1 a todas as práticas, considerando-as como sendo de relevância igual. A

Tabela 7 apresenta todos os bancos que obtiveram pontuação superior a zero.

Tabela 7 - Pontuação total da divulgação de informações socioambientais

Bancos	Pontuação
ABN AMRO REAL	19
BB	16
BRABESCO	12
ITAU	12
BNB	8
BANRISUL	7
CEF	6
UNIBANCO	6
HSBC	6
SANTANDER	5
NOSSA CAIXA	5
SAFRA	3
BANESTES	3
BESC	3
CITIBANK	2
BIC	2
BASA	2
IBIBANK	1
RABOBANK	1
DAYCOVAL	1

A tabela mostra que o banco ABN AMRO Real obteve a melhor pontuação, conseguindo 19 dos 28 pontos possíveis, seguido pelo Banco do Brasil, Bradesco e Itaú. Estes bancos,

portanto, mostram o maior nível de associação entre iniciativas de sustentabilidade e o desempenho financeiro corporativo entre as instituições pesquisadas.

Por último, buscou-se analisar a localização das informações de caráter socioambiental. A Tabela 8 mostra a composição da localização das informações. Os resultados foram agrupados em 3 categorias: Relatório Anual (incluindo relatório anual e relatório da administração), Relatório Social (incluindo relatório social, balanço social, relatório de sustentabilidade) e Website (incluindo site de responsabilidade socioambiental, website corporativo, site de relações com investidores, e site de *asset management* associada ao grupo).

Tabela 8 - Localização das informações socioambientais

Localização da Informação	Quantidade	Participação
Relatório Anual	12	22,22%
Relatório Social	31	57,41%
Website	11	20,37%
Total	54	100,00%

Verifica-se que a maior parte (57,41%) das informações socioambientais encontradas localizavam-se em relatórios sociais, enquanto a menor parte das informações encontrava-se nos seus respectivos websites. A Tabela 9 apresenta a localização das informações socioambientais nos 9 blocos de bancos segmentados por porte.

Tabela 9 - Localização das informações socioambientais nos maiores bancos

Localização da Informação	Blocos de bancos segmentados por porte								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Relatório Anual	29,17%	20,00%	9,09%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Relatório Social	70,83%	60,00%	45,45%	0,00%	25,00%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%
Website	0,00%	20,00%	45,45%	0,00%	25,00%	33,33%	100,00%	0,00%	0,00%

Constatou-se que os cinco maiores bancos não utilizam seu websites para divulgar as informações de caráter socioambiental. Além disso, tanto no primeiro (70,83%) como no segundo bloco (60%), as informações foram primariamente encontradas nos relatórios sociais destas instituições. No entanto, deve ser ressaltado, uma vez mais, que esta pesquisa sempre considerou o nível mais alto de divulgação de informações socioambientais referentes a uma determinada prática em uma instituição; assim, outras informações relativas às iniciativas de sustentabilidade de nível menor foram omitidas dos resultados desta análise.

5) CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostrou que a divulgação de informações feita pelo setor bancário ainda relaciona muito pouco suas iniciativas de sustentabilidade com seu desempenho financeiro, resultado coerente com estudos anteriores (EPSTEIN e ROY 2003, CERES-ACCA 2007). Esta associação ocorre principalmente em práticas relacionadas ao uso racional de recursos (ecoeficiência) e é feita predominantemente nos maiores bancos brasileiros. Este resultado está em alinhamento com estudos anteriores (KNOX, MAKLAN e FRENCH, 2005).

A justificativa de negócios destas iniciativas, portanto, está sendo muito pouco divulgada pelas instituições bancárias. Assim, quando existentes, estas práticas podem ficar em posição vulnerável, podendo ser suspensas em situações de (1) baixo desempenho financeiro corporativo, (2) mudanças na alta administração das instituições e (3) em eventuais mudanças de prioridades do público externo.

Deve-se questionar, portanto, porque estas iniciativas estão sendo tão pouco integradas com o desempenho financeiro em seus relatos públicos. Uma possibilidade é que estas práticas simplesmente não são economicamente atrativas e, embora seu desempenho financeiro seja acompanhado internamente, para os gestores destas instituições os benefícios

da implantação dessas práticas estão principalmente relacionados aos seus ativos intangíveis, como marca e reputação. Sendo vistas como instituições com boas práticas socioambientais, elas estariam obtendo maior reconhecimento de sua marca e melhorando sua reputação diante dos consumidores e outras partes interessadas, sem que estas práticas precisem trazer retornos financeiros positivos de curto prazo e sem demanda forte das partes interessadas pelas informações financeiras destas iniciativas. Outra possibilidade é que os bancos analisados considerem como estratégicas as informações sobre os benefícios financeiros das práticas de sustentabilidade. Neste caso, os bancos estariam propositalmente escondendo informações de receitas e lucros, por exemplo, para desestimular determinados movimentos competitivos por parte de outras instituições do setor.

Constatou-se, adicionalmente, que além de fazer pouca associação com o desempenho financeiro das práticas para a sustentabilidade, o setor bancário divulga muito poucas práticas de sustentabilidade. Entre os 45 bancos analisados, 55,56% deles não divulgaram informações sobre qualquer uma das práticas analisadas e somente 15,56% deles divulgaram informações sobre quatro ou mais práticas. Embora seja possível que estas práticas existam e sejam somente divulgadas internamente nos bancos, estes números também sugerem que é possível que o setor bancário na sua maior parte não possua as práticas de sustentabilidade mapeadas neste trabalho. Isto pode estar ocorrendo por uma possível inviabilidade econômica destas práticas, ou simplesmente porque os gestores ainda não atentaram para estas práticas, vendo-as como menos relevantes para o desempenho de seu negócio. Esta possibilidade iria de encontro ao estudo realizado por Lins e Wajnberg (2007), que sugere a existência de um *business case* para a sustentabilidade no setor bancário. Além disso, se considerarmos que a não-divulgação representa a inexistência das práticas e que estas informações se fizeram presentes principalmente nos maiores bancos do país, este trabalho poderia suportar a hipótese dos recursos excedentes apresentada por Preston e O'Bannon (1997), significando que somente bancos brasileiros que se encontram em melhor situação financeira implementam iniciativas de sustentabilidade.

A baixa divulgação das práticas de sustentabilidade também pode estar relacionada com dois outros fatores. Em primeiro lugar, tendo em vista que não está no escopo deste trabalho a análise da demanda pelos serviços oferecidos pelos bancos brasileiros, é possível que a baixa divulgação destas práticas esteja relacionada a uma baixa demanda por parte dos consumidores, e não à falta de atenção dos gestores para estas práticas anteriormente mencionada. Adicionalmente, deve-se considerar que algumas destas práticas representam modalidades específicas de certas atividades. Em outras palavras, uma prática de seguro ambiental é somente uma das diversas modalidades da prática genérica de seguros; assim, na divulgação pública destas instituições, as informações sobre seguros ambientais podem ter sido consolidadas, junto com todas as outras modalidades de seguros, na prática genérica de seguros.

Finalmente, este trabalho também identificou que a principal fonte de divulgação de informações socioambientais no setor bancário são os relatórios sociais, incluindo balanços sociais, relatórios de responsabilidade social e relatórios de sustentabilidade. Chamou atenção também o fato das cinco maiores instituições não utilizarem seus sites para a divulgação das informações de desempenho de suas práticas de sustentabilidade, concentrando a divulgação nestes veículos menos tradicionais (relatórios sociais). O fato destas informações não se encontrarem, na sua maior parte, em relatórios anuais ou em sites de relações com investidores sugere que estas informações ainda não possuem considerável relevância para os investidores dos bancos brasileiros.

Por fim, o presente trabalho identificou algumas possibilidades para pesquisas futuras neste campo, entre elas:

- aplicar mesma metodologia em outros setores, ou possivelmente em empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, buscando determinar o grau de associação com desempenho financeiro das empresas brasileiras com as melhores práticas socioambientais.
- realizar estudo longitudinal, verificando como a associação de iniciativas socioambientais com o desempenho financeiro na divulgação pública de informações vem mudando ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, B. País lidera sustentabilidade bancária. **Valor Econômico**. São Paulo: 28 mar. 2007. Disponível em:

<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Pais+lidera++sustentabilidade+bancaria,,54,4226041.html>. Acesso em: 19 maio 2007.

BRITO, B. M. B. **A reação do mercado acionário a eventos ambientais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CERES; ACCA. **Ceres-ACCA North American Awards for Corporate Sustainability Reporting: Report of the Judges**. 2007. Disponível em:

http://www.ceres.org/pub/docs/ACCA_judge.pdf. Acesso em: 13 jun. 2007.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

EPSTEIN, M. J. E WISNER, P. S. Using the balanced scorecard approach to implement sustainability. **Environmental Quality Management**, v. 11, n. 2, p. 1-10. 2001.

EPSTEIN, M.J.; ROY, M.-J. Making the business case for sustainability. linking social and environmental actions to financial performance. **Journal of Corporate Citizenship**, v. 9, p. 79–96, 2003.

HESS, H-J. **CSM/WWF Research Project: The Business Case for Sustainability: Financial Services Report**. Working paper series. Lausanne: CSM/IMD, 2003. Disponível em: <http://www.imd.ch/research/centers/csm/upload/Financial%20Services%20Report.pdf>

IFC. **Banking on Sustainability**. 2007. Disponível em: [http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/AttachmentsByTitle/p_BankingonSustainability/\\$FILE/FINAL_IFC_BankingOnSustainability_web.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/AttachmentsByTitle/p_BankingonSustainability/$FILE/FINAL_IFC_BankingOnSustainability_web.pdf). Acesso em: 11/06/2007

IONESCU-SOMERS, A; SALZMANN, O.; STEGER, U. The Business Case for Corporate Sustainability: Literature Review and Research Options. **European Management Journal**. v. 23, n. 1, p. 27–36, 2005.

JEUCKEN, M. **Banking and sustainability: Slow starters are gaining pace**. 2001. Disponível em: <http://www.sustainability-in-finance.com/ec-web.pdf>. Acesso em: 11/06/2007

KANTER M. R.; PINHO, R. R.; RAFFAELLI, R. L. ABN AMRO REAL: Banking on Sustainability. **Harvard Business School**, April, 2005. (case study).

KNOX, S.; MAKLAN, S.; FRENCH, P. Corporate Social Responsibility: Exploring Stakeholder Relationships and Programme Reporting across Leading FTSE Companies. **Journal of Business Ethics**, v. 61, p 7–28, 2005.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. FBDS: Rio de Janeiro, Agosto 2007. Disponível em:
<<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 25/10/2007

MAROM, I. Y. Toward a Unified Theory of the CSP–CFP Link. **Journal of Business Ethics**, v. 67, p. 191–200, 2006.

MATTOS, A. Brasil é destaque nos Princípios do Equador. **Valor Econômico**. São Paulo: 25/04/2007. Disponível em:
<<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/293/294/Brasil+e+destaque+nos+Principios+do+Equador,,294,4275525.html>>. Acesso em: 19/05/2007

PRESTON, L. E.; O'BANNON, D. P. The corporate social – financial performance relationship: a typology and analysis. **Business and Society**, v. 36, n. 4, p.419-429, 1997.

REED, D. J. **Stalking the Elusive Business Case for Corporate Sustainability**. Washington: World Resources Institute, 2001.

STEGER, U. **The Business of Sustainability: building industry cases for corporate sustainability**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

STRANDBERG CONSULTING. **Sustainability Finance Study: A Study of Best Practices, Standards and Trends in Corporate Social Responsibility**. May, 2005. Disponível em:
<http://www.corostrandberg.com/pdfs/CSR_Study_CUCC_6.pdf>. Acesso em 11/06/2007.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 95–105, 2003.

APÊNDICE A: Amostra da pesquisa, classificada em ordem decrescente de ativo total

Instituições
BANCO DO BRASIL
BRADESCO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ITAU
ABN AMRO
SANTANDER BANESPA
UNIBANCO
SAFRA
HSBC
VOTORANTIM
NOSSA CAIXA
CITIBANK
UBS PACTUAL
BANRISUL
BNB
BBM
ALFA
CREDIT SUISSE
BNP PARIBAS
DEUTSCHE
FIBRA
BIC
BANESTES
BASA
MERCANTIL DO BRASIL
BMG
BANSICREDI
BESC
IBIBANK
ABC-BRASIL
RABOBANK
BANCOOB
PINE
DAYCOVAL
ING
BRB
BMC
CRUZEIRO DO SUL
SOFISA
BGN
WESTLB
OPPORTUNITY
RURAL
BCO JOHN DEERE
INDUSTRIAL DO BRASIL

Fonte: Site Banco Central, 11 jun. 2007.

APÊNDICE B - Práticas para a sustentabilidade e métricas relacionadas

Prática	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Descrição de políticas de avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Número de projetos avaliados, aprovados ou negados seguindo princípios socioambientais	- Valor total de projetos avaliados, aprovados ou negados	- Economia gerada pela redução da inadimplência - Redução do risco de crédito da carteira de clientes
Microcrédito	- Descrição do programa, tipo de público atendido	- Número de pessoas beneficiárias do programa - Número de operações	- Valor da carteira do programa - Percentual da carteira de crédito alocada no programa de micro-crédito	- Receitas provenientes do programa - Lucro obtido com o programa
Fundos Socialmente Responsáveis	- Nome e descrição da natureza e políticas dos fundos	- Número de fundos - Número de cotistas	- Patrimônio líquido dos fundos	- Receitas provenientes de taxas dos fundos - Lucro obtido com o fundo
Financiamentos Socioambientais	- Descrição de forma genérica, sobre linhas de financiamento existentes no banco	- Número de linhas de financiamento socioambientais - Número de tomadores de empréstimo	- Valor da carteira de financiamentos socioambientais - Percentual da carteira de crédito alocada para estas linhas de financiamento	- Receitas provenientes destas linhas - Lucro obtido com estas linhas
Mercado de Carbono	- Descrição de serviços oferecidos	- Número de clientes - Número de projetos MDL assessorados - Número de contratos de venda	- Valor de títulos de carbono comercializados	- Receitas provenientes de serviços oferecidos
Seguros Ambientais	- Descrição de seguros oferecidos	- Número de clientes - Número de seguros oferecidos	- Valor da carteira de seguros ambientais	- Receitas provenientes de seguros ambientais - Lucro proveniente de seguros ambientais
Ecoeficiência	- Nome de programas, descrições das iniciativas e políticas	- Indicadores operacionais relacionados à redução no uso de recursos como água, papel, energia - Redução na geração de resíduos sólidos	- Custos envolvidos para a redução da utilização de recursos (ex: implantação de sistemas de gestão ambiental)	- Economia gerada pela melhor utilização de recursos